PROCESSO : 20212900300065
RECURSO : DE OFÍCIO 010.274
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDA : CIPLAN CIMENTO PLANALTO SA
CAD/CNPJ : 00.057.240/0001-22
CAD/ICMS : 00000001291351
JULGADOR : AMARILDO IBIAPINA ALVARENGA
RELATÓRIO : Nº 435/2022/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

02 – VOTO DO RELATOR

O Auto de Infração foi lavrado, no dia 12/11/2021, em razão de o sujeito passivo, ter promovido a circulação de produtos tributados por substituição tributária (Protocolos 11/85 e 20/87), contendo erro na determinação da base de cálculo das notas fiscais 924513, 925128, 925130, 925141, 925210, 925459 e 925889 (sacos de cimento 25 kg) e da nota fiscal 925650 (sacos de cimento de 40 kg), com destaque do ICMST menor que o devido. O lançamento fiscal corresponde às diferenças entre o imposto devido e o destacado/recolhido.

Diante desse situação, foi cobrado ICMS e aplicada a multa de 90% (noventa por cento) do valor do imposto apurado a menor em documento fiscal que contenha erro na aplicação da alíquota, na determinação da base de cálculo ou na apuração do imposto – a penalidade prevista no artigo 77, IV, “a”, item 4, da Lei 688/96.

O sujeito passivo foi notificado da autuação por aviso postal, com ciência em 14/01/2022. A empresa apresentou peça defensiva tempestivamente, alegando a efetuou o pagamento da diferença em 22/12/2021, de forma espontânea, antes mesmo de ser notificado do Auto de Infração, que com relação a nota fiscal 925141, a mercadoria foi destinada a consumidor sendo destacado o diferencial de alíquotas, devendo ser desconsiderado o cálculo da substituição tributária.

Submetido a julgamento de Primeira Instância, o julgador singular após analisar os autos e a peça impugnativa, reconheceu que assiste razão à defesa, porque de fato houve o pagamento do imposto e que ele se deu antes da notificação do Auto de Infração, concluindo, ao final, que o Auto de Infração é improcedente, por consequência, excluiu a responsabilidade solidaria. Por ser a decisão contrária à Fazenda Pública,

recorreu de ofício à Câmara de Julgamento de Segunda Instância, nos termos do art. 132 da lei 688/96.

Em virtude do disposto no § 3º do artigo 132 da Lei nº 688/96, pelo DESPACHO Nº: 136/2022, o processo foi encaminhado ao autor do feito. A empresa foi notificada da decisão singular pelo DET, com ciência em 02/06/2022, porém, nem a empresa, nem o autor do feito, se manifestaram, o que se conclui que, ainda que de forma tácita, ambos concordam com a decisão proferida.

É o breve relatório

02.1- Da análise dos autos e fundamentos do voto.

A exigência tributária decorreu do fato de a empresa ter promovido a circulação de produtos tributados por substituição tributária (Protocolos 11/85 e 20/87), contendo erro na determinação da base de cálculo.

O dispositivo de penalidade indicado (art. 77, IV, "a", item 4, da Lei 688/96), determina a aplicação a multa de 90% (noventa por cento) do valor do imposto apurado a menor em documento fiscal que contenha erro na aplicação da alíquota, na determinação da base de cálculo ou na apuração do imposto

Do que consta dos autos, restou incontroverso que a empresa realizou remessa de mercadorias e que o valor do ICMS-ST destacado nas 924513, 925128, 925130, 925210, 925459, 925650 e 925889, foi menor que o devido. Comprovado que o pagamento da diferença do imposto foi efetuado em 22/12/2021, data anterior a notificação deste Auto de Infração (14/01/2022). Também restou provado que a nota fiscal 925141 foi destinado a consumidor final, empresa de construção civil.

No julgamento monocrático, o julgador verificou que como demonstrado nos documentos: RELATORIO NOTAS AI 20212900300065.pdf, ICMS ST RO Complemento112021.pdf, COMPROVANTE ICMS ST RO Complemento112021.pdf, a empresa fez as devidas correções e pagou a diferença no dia 22/12/2021, ocorrendo a extinção pelo pagamento, pois efetuado antes da notificação ao sujeito passivo ocorrida no dia 14/01/2022 (AR), o que caracteriza a espontaneidade do sujeito passivo, decidindo pelo improcedência da ação fiscal.

Diante do pagamento realizado para as sete notas fiscais, em que havia diferença a ser paga, efetuado em data anterior a notificação do Auto de Infração, restou configurada a denúncia espontânea (art.138, par único CTN). Com relação a uma delas, como destinada a consumidor final, não existe agregação, pois é devido apenas o diferencial de alíquotas, o que foi corretamente destacado na nota fiscal (925141).

Assim, como a notificação do Auto de Infração se deu quando o imposto já estava extinto pelo pagamento da diferença de ICMS lançada neste PAT, assiste razão à autuada, pois, ausente a justa causa para penalidade aplicada, a infração foi ilidida, o que enseja a improcedência do lançamento feito.

De todo o exposto e por tudo que dos autos consta, conheço do recurso de ofício interposto para negar-lhe provimento, mantendo a decisão singular que julgou improcedente a ação fiscal.

É como VOTO.

Porto Velho, 15 de maio de 2023

~~Amañdo Ibiapina Alvarenga~~
AFTE Cad.
JULGADOR

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS – TATE

PROCESSO : Nº 20212900300065
RECURSO : DE OFÍCIO – E-PAT 010.274
RECORRENTE : CIPLAN CIMENTO PLANALTO SA
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
JULGADOR : JULGADOR - AMARILDO IBIAPINA ALVARENGA

RELATÓRIO : Nº 436/2023/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO Nº. 0127/2023/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN.

EMENTA : **ICMS E MULTA – DOCUMENTOS FISCAIS COM ERRO NA DETERMINAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO - ICMS-ST – DENÚNCIA ESPONTÂNEA – RESPONSABILIDADE PELA INFRAÇÃO AFASTADA.** Restou provado, nos autos, que o sujeito passivo sanou a irregularidade espontaneamente, pois recolheu, antes de tomar ciência da autuação, o valor do imposto devido. Configurado o efeito da denúncia espontânea (art. 138 do CTN). Imposto extinto pelo pagamento. Recurso de Ofício desprovido. Mantida a Decisão de Primeira Instância que julgou improcedente o auto de infração. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade, em conhecer do recurso interposto para negar-lhe provimento, mantendo a decisão de Primeira Instância que julgou **IMPROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Amarildo Ibiapina Alvarenga, acompanhado pelos julgadores Dyego Alves de Melo, Leonardo Martins Gorayeb e Reinaldo do Nascimento Silva.

TATE, Sala de Sessões, 15 de maio de 2023.

~~Anderson Aparecido Arnaut~~
Presidente

Amarildo Ibiapina Alvarenga
Julgador/Relator